

UM OLHAR DISCURSIVO PARA A FORMA HISTÓRICA DOS PROTESTOS: RETORNO AOS PROTESTOS PÓS-JUNHO DE 2013

A DISCURSIVE LOOK AT THE HISTORICAL FORM OF PROTESTS: A RETURN TO THE POST-JUNE 2013 PROTESTS

Tiago Alves da Silva Lopes¹
Luciana Iost Vinhas²

RESUMO: O Brasil do século XXI é sócio-historicamente constituído por diferentes embates no campo político-ideológico, começando com a eleição de Lula, em 2002, e, atualmente, com o governo de Bolsonaro. A partir de 2013, durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, é possível afirmar que os protestos se intensificaram no país, aparecendo como ponto simbólico que inaugura a disputa nas ruas na última década. O presente artigo trabalha sobre os protestos como uma forma histórica, designada como forma-protesto, embasando-se nas jornadas de junho de 2013 para delimitar a teorização. A visada teórico-analítica a partir da qual o trabalho é desenvolvido é a Análise Materialista de Discurso, que, com sua sustentação no materialismo histórico-dialético, garante os elementos necessários para a observação da forma-protesto, considerando, especialmente, as modalidades de subjetivação proposta em Pêcheux (2014). Desde a circulação do enunciado “O gigante acordou” é possível afirmar que os manifestantes representam a posição da burguesia liberal, como bom sujeito, não rompendo com a formação social capitalista, ao passo que as manifestações posteriores, a partir das que pediam pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff passaram a se identificar com uma posição que sustenta o fim das instituições democráticas, em um funcionamento fascista. A reivindicação pelo fim do capitalismo ainda não tem força nos protestos do Brasil contemporâneo, resultando em posições contraditórias entre direita e esquerda.

Palavras-chave: Ideologia; jornadas de junho; análise de discurso; protestos.

ABSTRACT: Brazil, in the 21st century, is socio-historically constituted by different conflicts in the political-ideological field, starting with Lula's election in 2002 and, currently, with Bolsonaro's government. From 2013, during the first government of Dilma Rousseff, it is possible to say that protests have intensified in the country, appearing as a symbolic point that inaugurates the dispute in the streets in the last decade. This article talks about protests as a historical form, which are designated as protest-form, based on the June 2013 journeys. The

¹ Mestrando no programa de pós-graduação em Letras pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel, na linha de pesquisa Texto, Discurso e Relações Sociais. Integra os grupos de pesquisa Ordinário do Sentido e Resistência (OUSAR); Grupo de Estudos Pêcheutianos (GEP) e Grupo de Pesquisa na articulação Língua, Direito, Estado, Sociedade (GELIDES)

² Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professora adjunta de Língua Portuguesa no Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas (DECLAVE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Pelotas - UFPel.

theoretical-analytical aim from which the work is developed is the Materialist Discourse Analysis, which, based on the historical-dialectical materialism, guarantees the necessary elements for the observation of the protest-form, considering, especially, the modalities of subjectivation proposed in Pêcheux (2014). From the circulation of the statement "The giant woke up" it is possible to affirm that the protesters represent the position of the liberal bourgeoisie, as a good subject, not breaking with the capitalist social formation, while the later demonstrations, from those calling for the impeachment of the President Dilma Rousseff, began to identify with a position that supports the end of democratic institutions, in a fascist functioning. The demand for the end of capitalism is still not strong in contemporary Brazil's protests, resulting in contradictory positions between right and left.

Keywords: Ideology; June journeys; speech analysis; protests.

1 Introdução

O cenário político brasileiro recente se apresenta como objeto de muitas discussões em diferentes campos das ciências humanas. Desde o início do século XXI, com a eleição do primeiro candidato de centro-esquerda para a Presidência da República, várias foram as disputas e tensões que se instalaram nesse cenário, no qual a imagem da República, representada prioritariamente pelos chefes do Executivo desde 2003, ganha uma opacidade decorrente das filiações ideológicas dela constitutiva. Em 20 anos de instabilidade política, da qual decorreram efeitos infraestruturais preocupantes, e, também, efeitos na organização das instituições políticas e jurídicas, temos as jornadas de junho de 2013 como um acontecimento que merece ser objeto do olhar discursivo.

O presente trabalho, pela perspectiva teórica da Análise Materialista do Discurso (AD), faz um retorno ao inverno político de 2013 no Brasil para, com isso, refletir sobre o funcionamento discursivo dos protestos de junho, tomando como base o enunciado "O gigante acordou", que ganhou ampla circulação nas diferentes marchas urbanas do país. O artigo é uma proposta inicial de reflexão sobre, principalmente, a conjuntura sócio-histórico-ideológica na qual os protestos emergem, a partir da qual é possível a emergência de certos enunciados (e não de outros). Chama a atenção, portanto, a positividade ligada às jornadas de junho, o que pode apontar para a afirmação da posição dominante burguesa, a qual, mesmo sob a determinação de governos de centro-esquerda, manteve sua posição inalterada nas relações de dominação, aliada ao funcionamento do Estado.

Assim, a fim de tratar sobre a forma histórica dos protestos, são apresentados, no presente artigo, importantes conceitos da AD, os quais permitem compreender como todo e qualquer processo de significação é afetado pelo político, por uma disputa que toma lugar na luta de classes, na diferença instalada pelas relações de exploração e de opressão. O enunciado "O gigante acordou", ao invés de lançar uma afirmação, convoca-nos a um questionamento, considerando a opacidade da forma-protesto em análise: o gigante acordou?

2 A forma histórica dos protestos

Ainda há bastante a elaborar sobre a complexidade dos protestos de rua. Poderíamos, com isso, pensar em alguns questionamentos introdutórios: por que um grupo de pessoas sai de

casa em um horário e local combinados (normalmente notificado de forma prévia às autoridades locais) e caminha ou ocupa certas ruas ou locais pré-determinados com faixas e palavras de ordem? A quem se dirigem? Por que usam seus corpos e vozes nesse ato?

Se a ideologia fosse puramente o reflexo das classes sociais, os protestos seriam, sem falhas, um ato de oposição da classe trabalhadora contra a classe burguesa, representando a assimetria material entre as duas classes. No entanto, conforme Pêcheux (2014a, p. 132), a ideologia (e o assujeitamento ideológico) é estabelecida sempre em relações de tensão, desigualdade e subordinação, e nunca de uniformidade. A sociabilidade capitalista, em meio à constante luta de classes, constitutivamente contraditória, é estruturada a partir da formamercadoria e do assujeitamento ao direito.

Assim, um trabalhador pode se identificar com a ideologia burguesa e lutar contra seus próprios interesses, como também um burguês pode lutar por condições que inviabilizem seus empreendimentos (dentro das contradições entre frações da burguesia nacional e internacional). Exemplo disso diz respeito aos industriais que apoiaram a derrocada do modelo de desenvolvimento petista que os beneficiava (MASCARO, 2018, p. 47).

Neste momento, buscaremos entender a relação dos protestos com nossa formação social atual. Magalhães (2008, p. 16) aponta a escassez de estudos sobre a modalidade de protestos nas Ciências Sociais brasileiras. Segundo o autor, poucos estudiosos se dedicaram a entender a dinâmica dos protestos, e, quando isso ocorre, é normalmente em momentos de grande efervescência política, resultando em uma pressa em entender os acontecimentos imediatos, não se atendo às formas de manifestação e à sua historicidade.

Os movimentos nas ruas são parte da Modernidade e tipicamente urbanos, ocorrendo em ruas e praças, frequentemente se concentrando no centro das cidades (MAGALHÃES, 2008, p. 28). O primeiro elemento que constitui essa prática se dá na própria consolidação do modelo de cidades que hoje conhecemos. A gradual concentração de pessoas nas cidades, ocorrida com a Revolução Industrial no século XVIII, a partir da transição do modo de produção feudal para o capitalista, fomentou o êxodo rural e aumentou enormemente a concentração de pessoas nos centros urbanos (MAGALHÃES, 2008, p. 28).

O autor aponta que, desde a época de formação do capitalismo, antes de sua consolidação, já se vislumbravam movimentos reivindicatórios, como comerciantes se organizando contra impostos, por exemplo. Na modernidade, temos uma reconfiguração do trabalho, passando do modo escravista para a forma mercadoria (assalariada), regulada pelo Estado; assim, os regimes de escravidão vão sendo substituídos por essa nova forma de exploração (MASCARO, 2013, p. 55).

Importante ressaltar que a formação do capitalismo não acontece em um local específico e fechado por fronteiras. O capital é necessariamente internacional, e seu processo de acumulação, a partir da exploração e dominação, necessita encontrar novas regiões para suportar sua expansão. Mascaro (2018, p. 24), referindo que o capitalismo porta necessariamente crises, mostra que o processo de acumulação enfrenta as “leis tendenciais de queda da taxa de lucro”, fazendo com que os capitalistas adotem medidas diversas em proteção dos seus lucros, como rebaixamento dos salários e das condições de trabalho, golpes e espoliações.

A transição para o capitalismo é um processo que durou séculos, sendo acompanhado das revoluções burguesas e da formatação dos países europeus a partir do reconhecimento recíproco dos seus territórios, por meio de inúmeras disputas, guerras e acordos (MASCARO, 2013, p. 51). Assim vão se constituindo os Estados como os conhecemos hoje. A configuração de Estados-nação é fruto das relações na Europa, por ter sido lugar de acumulação primitiva de

capital, assim como são as potências do velho continente que realizam os processos de colonização de outros territórios, e consequente definição das fronteiras ao redor do mundo, que se estendem até a segunda metade do século XX, mantendo relação de dominação e exploração de outros povos (MASCARO, 2013, p. 99).

O segundo elemento para entendermos as manifestações na Modernidade é o próprio modo de produção capitalista e a relação triangular entre proletário, burguês e Estado. O domínio de uma classe sobre outra, que em formações anteriores era direto, agora tem um intermediário (o Estado), garantindo a circulação mercantil, a propriedade privada e os vínculos jurídicos de exploração (MASCARO, 2013, p. 19). Segundo Mascaro (2013, p. 19), partindo de um viés materialista, o Estado não surge para depois o capitalismo passar a habitar e estruturar suas instituições, assim como o direito não surge antes do capitalismo. O Estado surge a partir do salto qualitativo da lógica da mercadoria. O capitalismo não apenas aumenta o volume de trocas, mas torna a classe explorada mercadoria, e é essa modificação que vai estruturar o restante.

O Estado não é dispensável ao capitalismo, mas “[...] um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob a forma assalariada” (MASCARO, 2013, p. 18). A consagração do sujeito de direito da Modernidade se dá a partir do surgimento dessa estrutura estatal. Lembrando que a instituição do capitalismo não significou, de forma alguma, que a classe trabalhadora foi presentada com uma lista de direitos, como o voto universal, restrições nas jornadas de trabalho e férias, dentre outros. Exemplo disso é que, no Brasil, só passamos a ter um conjunto de leis de proteção ao trabalho em 1943. Isso não significa que até então não havia trabalho assalariado, apenas que a sua normatização pelo direito não antecede as relações sociais e econômicas.

Entendemos que a união desses dois fatores, a configuração das cidades e o domínio não-direto da classe dominante sobre a classe explorada, constituem uma ideia inicial sobre os protestos na Modernidade. Como questionamos anteriormente: a quem se dirigem os manifestantes? Ao direito moderno? À classe dominante? À classe trabalhadora?

O protesto, segundo Magalhães (2008, p. 27), surge com a mudança do mal-estar privado para o espaço público, na reunião de pessoas nas ruas, nas praças e avenidas. Essa mudança do privado para o público se dá justamente no movimento dos corpos que saem de suas casas para as ruas, com a utilização de cartazes e vozes para a materialização dessa forma, que chamaremos de forma-protesto.

O fato de a forma-protesto aparecer somente na Modernidade não significa que antes disso os sujeitos estavam completamente assujeitados e/ou conformados com outras formações sociais. Além de a noção materialista de ideologia não comportar um assujeitamento sem falhas (PÊCHEUX, 2014b, p. 277), o que não faltam são exemplos de revoltas na história do Brasil e do mundo. No entanto, atos de resistência à classe dominante de outras épocas não realizavam protestos como conhecemos na Modernidade, porque o Estado, e, consequentemente, o direito, não existia.

Defendemos a existência de uma relação intrínseca entre Modernidade, direito e os protestos. Para a forma-protesto existir, é necessário que haja a identificação com o discurso de igualdade formal entre todos os pertencentes a uma ordem social. O protesto seria a manifestação do mal-estar resultante da lacuna entre a igualdade formal e a real, que o capitalismo nunca atingirá, por ser um modo de produção voltado à acumulação. Assim, os protestos, no intuito reivindicatório (mas não revolucionário), só podem aparecer onde exista essa garantia formal de direitos, ou seja, a luta por uma melhora relativa das condições de

trabalho.

Para protestar, utilizando as categorias de assujeitamento definidas por Pêcheux (2014a, pp. 197-216), não é necessário que o sujeito esteja contraidentificado ou desidentificado com uma possível formação discursiva (FD) jurídica-burguesa, pois, segundo Magalhães (2008, p. 29), tanto a *esquerda* quanto a *direita* protestam. No período recente, tivemos protestos que pediam a volta da Ditadura civil-militar, assim como em 1964 tivemos protestos contra as reformas de João Goulart (MAGALHÃES, 2008, p. 29). As marchas militares, apesar de não serem protestos, também podem ter significado conservador, com exibição de poder e disciplina nas ruas das cidades. Porém, talvez uma das dificuldades em significar 2013 seja justamente o caráter heterogêneo das manifestações: tínhamos a mistura das demandas pela revogação do aumento da passagem do transporte público em São Paulo, dizeres contra a Copa do Mundo de futebol e enunciados difusos. Uma separação mais marcada entre protestos de *esquerda* e de *direita* na sequência de junho de 2013.

Segundo Magalhães (2008, p. 29), as manifestações são, de maneira geral, majoritariamente vinculadas à esquerda, com sentidos pejorativos como baderna e desordem. Inclusive as abordagens teóricas antes de 1960, baseadas em parte nos estudos de Freud sobre a psicologia das massas, tratavam as manifestações como desvios individuais, até da ordem do irracional, motivadas pelo comportamento em bando. Só a partir da década de 1960 que começaram a surgir visões menos negativas dos protestos com o advento da “Sociologia das Mobilizações”. Mais tarde, o objeto teve contribuições da ciência política em discussões sobre a natureza das manifestações: se são democráticas (e, assim, protestar significaria exercer a democracia e a cidadania) ou antidemocráticas (significariam formas externas à democracia) (MAGALHÃES, 2008, p. 37).

Magalhães (2008, p. 16) desenvolve seu argumento a partir de um pensador francês chamado Pierre Favre, cuja obra ainda não foi traduzida no Brasil. Esse autor traz como marco a revolução de 1848 na França para o início das manifestações na Modernidade. A partir dessa data, as manifestações se distanciam de embates violentos para tomar outra forma. Favre traz as manifestações como um deslocamento coletivo em vias públicas com o intuito de produzir efeitos políticos pela expressão de palavras reivindicatórias de algo.

Conforme Magalhães (2008, p. 45), uma manifestação se difere de uma rebelião urbana, caracterizada por escaramuças com o ARE. No entanto, uma manifestação pode vir a se tornar uma rebelião. Também pode ser dito que uma greve não acompanha necessariamente uma manifestação, apesar de os grevistas poderem fazer uso dessa forma para buscar amplificar suas demandas perante a sociedade.

Sobre o interlocutor das manifestações, Magalhães (2008, p. 46) aponta que um deles seria o Estado. Neste ponto, o autor vai de encontro com o que apontamos anteriormente sobre a instância estatal inaugurar um distanciamento entre a classe explorada e a classe exploradora, dando margem a uma expectativa de que as demandas podem ser atendidas por essa estrutura que organiza e normatiza as relações entre os sujeitos de direito. Outro interlocutor das manifestações são as pessoas que habitam as cidades. Elas são chamadas a apoiar a causa ou ao menos passar a conhecê-las (MAGALHÃES, 2008, p. 46).

Essas observações são resultado da dissertação de Magalhães (2008). Fizemos um resgate do texto a partir dos pontos pertinentes à nossa análise, que nos serão úteis nas próximas seções deste trabalho, quando juntaremos os apontamentos feitos sobre a teoria da AD e as manifestações para adentrarmos na discussão sobre a disputa política na forma dos protestos.

3 Apontamentos da Análise Materialista de Discurso

Rechaçando que um texto teria sentido em si mesmo, e assim coubesse ao leitor “interpretar” a materialidade com a qual se defronta, Pêcheux (1997, p. 61) destaca que, até recente período (em referência à data da publicação do texto, a saber, 1975), o estudo da língua se concentrava em um tipo de compreensão do texto fechado em si mesmo (“o que esse texto quer dizer?”) e em questões de gramática (“a escrita está adequada às normas gramaticais?”). O autor usa como exemplo o enunciado “a terra gira”, destacando que qualquer linguista pré-copernicano diria que é uma frase anômala, desprovida de sentido, indicando elemento de historicidade que incide sobre a língua, sendo exterior aos elementos apreendidos à primeira vista (PÊCHEUX, 1997, p. 62).

Isso mostra que os elementos integrantes léxico-gramaticais possuem limites estabelecidos pela própria história, daí a necessidade de conceitos que englobem a exterioridade dos dizeres. Da mesma forma, propomos entender os protestos a partir de exterioridades, buscando analisar as suas constituições históricas em conjunto com suas discursividades. Fazemos essa comparação entre língua e protesto, pois ambos possuem opacidades, tornando os estudos que os analisam como um fim em si mesmos, incompletos.

Em uma parceria entre Michel Pêcheux e Catherine Fuchs, em 1975, são feitas correções e retificações dos rumos da AD a partir de críticas e leituras recebidas da obra de 1969, da publicação do texto *Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)*, de Louis Althusser, em 1970 (COURTINE, 2009, p. 69). No texto de Pêcheux e Fuchs, é apresentado o quadro geral da teoria, que seria replicado muitas vezes por analistas do discurso. O quadro, resumidamente, diz: a AD é uma teoria entre a língua e a história, atravessada, de uma maneira específica, pela Psicanálise (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163).

A partir dos conceitos de Louis Althusser, incorpora-se o materialismo histórico como teoria das formações sociais. A grande contribuição do autor com os AIE é localizar a reprodução e a disputa da ideologia (e definir seu funcionamento a partir do modo de produção capitalista e sua disputa entre classes antagônicas), pois, tão importante quanto produzir é garantir que a produção não cesse, “[...] a condição última da produção é a reprodução das condições de produção” (ALTHUSSER, 1985, p. 53).

Esse conceito torna-se central na definição das formações discursivas (FD), pois o processo discursivo incorpora a interpelação ideológica por meio da materialidade linguística. A FD é um conceito de Foucault apropriado pela AD, onde, resumidamente, o autor buscava entender o funcionamento dos sistemas de saber e suas repetibilidades (COURTINE, 2009, p. 69). Para a AD, o discurso é um efeito que depende da filiação ideológica do sujeito (e este pertence a uma forma histórica), não sendo uma série de enunciados agrupados, mas sim um efeito entre a língua e a história, suscetível a deslizes.

Pêcheux e Fuchs (1997, p. 169) apresentam outros conceitos importantes, como interpretação e as noções de esquecimento, dizendo que o sujeito só é capaz de um gesto interpretativo através do assujeitamento ideológico, por meio da língua. No entanto, o faz sem saber, de forma inconsciente. O sentido histórico que atravessa o sujeito de maneira involuntária se materializa através de dois esquecimentos: primeiro o sujeito esquece que ele não é a fonte do seu dizer (ou de sua interpretação), pois há uma matriz (as FD) atuando no processo discursivo, e esquece que a sua formulação também não é sua exclusividade, que há outros sentidos e combinações possíveis para o objeto que ele interpreta (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 169).

A evidência do sentido de uma materialidade agora é entendida como efeito da interpelação ideológica (“é óbvio que as coisas são assim”), ou seja, a ilusão de estabilidade de um significado em uma materialidade é um efeito ideológico (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 177). Os sentidos deslizam não porque há enunciados homogêneos se confrontando entre si, mas devido às formas-sujeito (produto do processo discursivo das FD) ali presentes. Assim, o que é aparentemente coberto de lógica, sentido e evidência, é, segundo a teoria, um efeito (uma ilusão) do sujeito que, inconscientemente, ocupa uma posição ideológica, através das FD, e somente por ocupar uma posição que ele consegue apreender sentidos das materialidades (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 176).

Justamente por não ter controle do inconsciente que a ideologia desempenha um papel fundamental e constitutivo dos sujeitos e dos discursos. A “realidade” só existe por meio da ideologia (esta materializada na língua, nos costumes, nos rituais), não sendo o resultado do espírito de uma era ou da vontade divina, mas das relações de produção/reprodução dos modos de produção (PÊCHEUX, 2014a, pp. 137-144).

Tomada como principal obra de Michel Pêcheux, “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” incorpora e expande as contribuições do texto de Pêcheux e Fuchs, também publicado em 1975. Se a AD, em 1969, começou com uma tentativa metodológica de entendimento do discurso, em 1975, há um salto qualitativo em questão teórica, transitando de método analítico para teoria científica (COURTINE, 2009, p. 71). O livro é local de cruzamento de todos os caminhos trilhados por Pêcheux até então (MALDIDIER, 2017, p. 44).

A edição brasileira do livro traz as modificações feitas pela edição inglesa de 1982, conforme explicado na sua introdução. Pêcheux fez a modificação para incorporar apontamentos sobre os anexos que se encontram ao final do livro. O anexo III da edição inglesa, intitulado “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, foi escrito com base nos acontecimentos de 1978-1979 na França. Assim, apesar de fazer parte do livro, originalmente de 1975, há críticas e apontamentos a essa mesma obra no referido anexo, além de constarem algumas observações posteriores a 1975 do autor em notas de rodapé. Trataremos mais adiante dessas retificações.

Como o cerne da discussão sobre o discurso se dá na ideologia, faz-se importante um adendo neste momento antes de tratarmos sobre as formações discursivas. Assim como mencionado anteriormente, a ideologia é central na constituição do sentido, e é por meio dela que a língua adquire sua historicidade. Mas, como opera a ideologia?

É no contexto histórico do capitalismo que se dá a nossa formação social. Por meio de um sistema de acumulação e exploração que divide a sociedade em duas classes, os exploradores e os explorados, nossa subjetividade é construída. Para a manutenção dessa ordem é necessário que o modo de produção seja reproduzido continuamente. Para tanto, Louis Althusser, a partir de Marx, elaborou o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), que são os locais de reprodução, assim como de disputa, da ideologia, sendo eles os aparelhos: familiar, escolar, religioso, jurídico, político, sindical, cultural e de informação. Segundo Althusser (1985, p. 68),

Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica, que deverá necessariamente ser examinada em detalhe, posta à prova, retificada e remanejada.

Assim, apesar de realizar uma listagem inicial, o autor diz que os AIE não são categorias fixas. Os aparelhos devem ser sempre colocados à prova para analisar suas relações de dominância histórica. Também é importante destacar que os aparelhos não devem ser confundidos com as instituições. Por exemplo, o aparelho escolar diz respeito tanto ao ensino público quanto ao privado, seu funcionamento histórico sob o capitalismo opera na mesma estrutura.

Um outro aparelho basilar à manutenção da ordem é o Aparelho Repressivo de Estado (ARE), que não deixa de também atuar pela ideologia (afinal é necessário saber a quem reprimir), mas tem a função de manutenção de certa ordem (ALTHUSSER, 1985, p. 69). Podemos abranger a polícia, o exército e o aparelho jurídico nesse âmbito. Nesse sentido, podemos pensar que se a ideologia *falhar*, o capital ainda conta com a força da lei e da violência policial para garantir a reprodução da ordem.

Esses diferentes aparelhos significam que as formações ideológicas ali reproduzidas e disputadas “[...] possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe” (PÊCHEUX, 2014a, p. 132 [grifo do autor]), assim como possuem estrutura de desigualdade-subordinação entre eles. Essa estrutura constitui a cena da luta de classes de uma formação social. Por exemplo, o aparelho religioso era o mais importante na ordem feudal, sendo todos os outros subordinados a ele, e, na transição dos modos de produção, essa relação de subordinação é alterada (PÊCHEUX, 2019, pp. 315-325).

Faz-se necessário destacar duas colocações de Althusser que Pêcheux (2014a, p. 135 [grifos do autor]) enumera: “Só há prática através de e sob uma ideologia” e “Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”. Ou seja, estamos dissertando sobre a ideologia, mas temos que lembrar que o sujeito é central, pois é dele que estamos falando, mesmo sem tê-lo exposto até então. A ideologia interpela o sujeito, mas é o próprio sujeito que estará na tensão reprodução/produção da ideologia por meio dos AIE. Nas palavras de Althusser (1985, p. 98 [grifos do autor]), “[...] os indivíduos são sempre já sujeitos. Os indivíduos são, portanto, “abstratos” em relação aos sujeitos que existem desde sempre”.

E onde entra a língua nessa equação ideologia-sujeito? A língua, como sistema relativamente autônomo de significantes (COURTINE, 2009, pp. 32-33), ou seja, não portadora de sentido (devido à constituição exterior deste), mas onde a sintaxe não pode ser vista como desprezível ou descartável no processo discursivo, aparece como materialidade inserida na tensão reprodução/transformação ideológica entre as classes antagônicas. Assim, o sentido das palavras nunca está já-posto, a não ser por ilusão ideológica (e consequente processo de identificação/interpelação do sujeito). Como diz Pêcheux (2014a, p. 146 [grifos do autor]),

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

O sentido das palavras, então, surge como efeito das formações ideológicas (FI) dadas (pois são resultado de uma formação social). Assim, podemos definir quem somos, como são as coisas, etc. Esse efeito é tratado por Pêcheux (2014a) como posição (de um sujeito), que se inscreve em uma determinada FI, e é nessa tomada de posição que o sentido de evidência aparece (de que um objeto é assim e só pode ser assim).

Segundo Courtine (2009, p. 83), as FD, além de fornecer *o que pode e deve ser dito*, também, por exclusão, limitam os saberes por meio *do que não pode e não deve ser dito*, causando um fechamento (sempre instável, pois partimos de relações tensas devido ao materialismo histórico) de uma FD em relação a outra. E, por pertencer a diferentes FD, a materialidade linguística adquire sentidos diferentes, ou seja, uma mesma palavra, expressão ou proposição pode adquirir sentido diferente de uma FD para outra, assim como essas materialidades podem ser diferentes na superfície linguística, mas significar o “mesmo” a partir de FD diferentes (COURTINE, 2009, p. 72).

Nesse processo em que materialidades e FD se defrontam, um outro conceito de que ainda não tratamos se faz necessário: o interdiscurso. A função do interdiscurso é primordial, pois funciona como uma matéria-prima do dizer. Como já mencionamos, é característica da AD a repetibilidade (apesar de nunca perfeita e nunca homogênea). O interdiscurso dá as condições para que o sujeito coloque em circulação formulações que materializam a sua identificação.

Chama-se interdiscurso o “todo complexo com dominante” das formações discursivas (intrincadas no complexo das FI), sujeito à lei de desigualdade-contradição-subordinação (que também caracteriza as FI), simulando o efeito de que “algo fala” sempre, antes, “em outro lugar” (PÊCHEUX, 2014a). Em outras palavras, o interdiscurso fornece insumos para a formação das FD, porém não de maneira livre e espontânea, mas seguindo a determinações sócio-históricas e ideológicas, atravessado por relações desiguais e contraditórias.

Com efeito, o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciador vai dar coerência à sua declaração, n que chamaremos, depois de Pêcheux (1975), o intradiscurso da sequência discursiva que ele enuncia. (COURTINE, 2009, p. 74 [grifos do autor])

Essa apropriação pelo sujeito dos objetos do interdiscurso, por meio dos esquecimentos que simulam a não existência do assujeitamento a determinações exteriores, para formular o seu dizer, é chamada de intradiscurso, conforme Courtine (2009, p. 84). O funcionamento entre o interdiscurso e o intradiscurso é dinâmico (ou dialético).

As FD, então, são a intermediação entre a ideologia e a língua, correspondendo a um domínio de saber, e é seu funcionamento que dita o processo de assujeitamento dos sujeitos. Porém, lembrando da prerrogativa materialista da AD de que não acessamos o real nem do sujeito, nem da história, temos que considerar que não há identificação plena do sujeito com uma FD (PÊCHEUX, 2014b, p. 277). Essa observação faz parte do anexo III que citamos anteriormente.

Realizada essa breve retomada teórica de alguns conceitos da AD, partiremos aos modos como se dá o assujeitamento, ou o desdobramento entre o *sujeito da enunciação* e o *sujeito universal*, nas palavras de Pêcheux (2014a, p. 199), para deles pensarmos como um sujeito que protesta pode se identificar (ou não se identificar).

Pêcheux (2014a, pp. 197-216) apresenta três modalidades de tomada de posição, ou assujeitamento, sendo elas: o bom sujeito, o mau sujeito e a desidentificação. É importante ressaltar que o marxismo-leninismo é essencial na configuração dessas modalidades, pois é a partir da ciência do proletariado que ocorre a desidentificação com os saberes capitalistas.

A primeira modalidade, caracterizada pelo discurso do “bom sujeito”, comportaria uma superposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal, uma identificação plena com os saberes de determinada forma-sujeito de uma FD, compondo um elo imaginário desse sujeito com a forma-sujeito correspondente a partir dos esquecimentos (PÊCHEUX, 2014a, p. 199).

A segunda modalidade, caracterizada pelo discurso do “mau sujeito”, ocorre quando o sujeito questiona o sujeito universal de determinada formação discursiva por meio de uma tomada de posição resistente aos seus saberes. Segundo Pêcheux (2014a, p. 199), essa modalidade tem traços linguísticos, como “o que você chama...” e “sua ciência...”, criando um distanciamento entre ele e a forma-sujeito da FD, abrindo espaço para contestação e revolta.

Conforme mencionamos anteriormente, o autor parte da ruptura marxista-leninista na categorização dessas modalidades. Não só o sentido desliza com a história, a partir do marxismo, como também há uma nova acepção sobre a ciência e o discurso científico, assim como sobre a prática política. Pêcheux (2014a, pp. 201-202) argumenta que a própria noção de ciência é histórica, e a ideologia impõe limites nos quais o discurso científico opera. Ou seja, ser um sujeito-cientista não significa a superação da ideologia, mas a aquisição de saberes específicos e históricos, dentro de formações ideológicas dadas (oriundas do modo de produção correspondente).

Feito esse comentário, podemos apresentar a terceira e última modalidade, a desidentificação (PÊCHEUX, 2014a, pp. 202-203). É a modalidade na qual o sujeito rompe com a forma-sujeito correspondente, ou seja, ele não somente contesta os saberes do sujeito universal da FD, como não mais se identifica com eles, deslizando sua identificação para uma FD concorrente. Em outras palavras, o sujeito não se vê livre da ideologia ao se desidentificar (teoricamente deixaria de ser sujeito), mas se vê imediatamente assujeitado por outra FD. Na nossa situação moderna capitalista histórica, é a ciência, teoria e prática marxista-leninista, que contesta os saberes científicos, teóricos e políticos da ideologia burguesa.

A retificação de Pêcheux (2014b, pp. 269-281) visa atualizar o conceito e o funcionamento da forma-sujeito em “Semântica e Discurso”, que pressupõe uma FD homogênea e fechada. A identificação de um sujeito a uma FD é um processo sempre suscetível ao deslize e à falha. Assim, as modalidades de assujeitamento também não são plenas. Por isso fala-se em sentido estabilizado, pois as condições sócio-históricas e ideológicas atuam nessa estabilização, mas que, em última instância, não é fixo ou perene.

Vencidos esses apontamentos teóricos (mas não esgotados), passaremos para a próxima etapa, a história recente dos protestos de rua no Brasil. Para compreender os protestos enquanto opacidade, precisamos realizar um movimento de tentar localizá-los na nossa formação social.

4 A disputa de (des)identificações na década de 2010

Em 2013, encontramos um Brasil pós-redemocratização, que, saindo da ditadura civil-militar que durou mais de 20 anos (1964-1985), estava no sexto mandato desde a retomada do voto direto para chefe do Executivo. Ocupava a presidência Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita ao cargo no Brasil. Era o terceiro mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores (PT). O país estava em uma posição de prestígio internacional, tendo chegado a ocupar o lugar de sexta maior economia do mundo. Estava a um ano de sediar a Copa do Mundo de 2014.

O Brasil vinha conquistando importantes reparações sociais com os últimos governos: combatia a fome, aumentava o valor real do salário-mínimo em mais de 70% desde 2002,

expandia o acesso e o investimento às universidades (como a lei de cotas, abrindo espaços historicamente negados às minorias no ensino superior). No entanto, ainda era um país com as contradições da ordem capitalista em sua forma neoliberal, além de estar na periferia do sistema internacional (SAMPAIO JR, 2012, p. 673).

Sampaio Jr. (2012, pp. 678-681) reconhece que devemos levar em conta os limites postos pelas instituições ao Executivo, não sendo uma tarefa simples ou fácil (se é que é possível de ser realizada sem rompimentos) tensionar a luta de classes de dentro do Estado, mas o autor percebe que os pronunciamentos dos dirigentes petistas, de modo geral, foram em direção à conciliação.

Em 2013, o PT também era governo na cidade de São Paulo, sob comando de Fernando Haddad. Na conjuntura à época, encontrávamos, então, o governo federal e municipal dirigidos pelo PT. Esse aspecto traz efeitos importantes nos protestos de junho. Por que os protestos assumem tamanha magnitude sob governos da centro-esquerda? Não estamos aqui sugerindo que, se fosse outro partido na presidência e/ou município, os protestos não existiriam ou seriam radicalmente diferentes, mas que certamente isso contribuiu para a circulação de certos discursos, como foi posteriormente aproveitado pela direita.

O início dos anos 2010 foi marcado por grandes protestos ao redor do planeta. Tivemos a chamada Primavera Árabe, protestos nos Estados Unidos contra os especuladores de Wall Street, protestos na Europa em diversos países. No Brasil, de intensidade semelhante, tivemos junho de 2013, que consideramos o marco inicial da disputa nas ruas nessa década.

Analisaremos alguns enunciados brevemente, a partir da metodologia proposta por Ernst (2009). A escolha de um *corpus* não é simples, pois não podemos tomar nosso arquivo como evidente, assim, o processo de análise já começa ao buscar elementos que abram caminhos de deriva. Para isso, a autora sugere três condições: a *falta*, caracterizada pelo não-dito ou ocultado; o *excesso*, que pode ser entendido como tentativa de saturação de sentido, possuindo uma dialética com a *falta*; e o *estranhamento*, a ser analisado por meio de posições ideológicas diferentes ou que traga elementos de outras FD no intradiscursos.

Observando os enunciados que circularam em Junho de 2013, notamos a *falta* de dizeres socialistas nos protestos, ou até enunciados reivindicando grandes reformas que trariam reparações históricas (como a tributária e a agrária) - exceto a opaca reforma política, que parecia se limitar a demandas acerca da corrupção -, e o *excesso*, também causa de *estranhamento*, de elementos do hino nacional em cartazes, como “o gigante acordou” (e “o povo acordou”) e “Verás que um filho teu não foge à luta”.

Deste marco inicial, destacamos que havia uma identificação a uma ideia de nacionalismo, que aparentemente funcionou como significação das pessoas nas ruas. Podemos entender “o gigante acordou” como uma metáfora das pessoas que não mais aceitavam algo e passaram a expor seus corpos nas ruas (formando multidões, e, por isso, o “gigante”) em nome de uma mudança completamente opaca, pois havia a *falta* de reivindicações centrais.

Se olharmos os protestos posteriores, vemos que há outra tendência a ser analisada: o caráter reativo dos atos nas ruas. Os protestos, como falamos, têm um caráter reivindicatório, ou, no mínimo, se dão em resposta a um mal-estar; no entanto, comumente parecem se limitar a reações a algo. Aqui podemos estabelecer uma série de enunciados de grande circulação pós-2013, como “Não vai ter copa”, “Não vai ter golpe”, “Ele não”, entre outros. Essa perspectiva parece mostrar uma certa dificuldade em deslocar enunciados negativos para enunciados positivos.

Em uma análise superficial, estamos entendendo essa revolta nominalizada nos dizeres

pelo excesso do advérbio “não”, isto é, os protestos que carregam esses enunciados parecem ocupar a modalidade de mau sujeito (PÊCHEUX, 2014a, p. 199), revelando uma resistência marcada pela rejeição a certos objetos, como a Copa do Mundo, o golpe de 2016 e a candidatura de Bolsonaro.

Assim, se pensarmos sobre as modalidades de assujeitamento já mencionadas, há uma grande movimentação de identificações, ainda mais se pensarmos que posições opostas ocupavam as ruas no pós-2013, marcadas inclusive pelo uniforme: de um lado, os golpistas em verde-amarelo, do outro, a esquerda, que buscava a preservação das instituições, em vermelho.

A princípio, poderíamos entender que quem protesta é um mau sujeito, ou seja, um sujeito que recusa saberes dominantes de uma FD. Se o capital se organiza, por exemplo, para um golpe, como em 2016, o sujeito recusa esse movimento político proferindo “Não vai ter golpe”, posicionando-se em defesa das instituições e da normalidade da democracia liberal. Na perspectiva da ordem democrática liberal, ocuparia a posição de bom sujeito e o grande capital como sujeito desidentificado, pois propõe uma ruptura.

Ao mesmo tempo, um sujeito, estando de acordo com os preceitos do grande capital que se movimentava para retirar do poder a Presidenta Dilma Rousseff sem crime de responsabilidade, pediria “Fora Dilma”, tomando a posição de bom sujeito em uma FD do grande capital, por exemplo. Assim, a forma-sujeito dominante, do grande capital, afasta-se gradualmente dos preceitos liberais institucionais e caminha em direção ao golpismo, que acaba por tornar-se regra no movimento neofascista, fortalecido a partir de 2016. Uma desidentificação com a ordem democrática burguesa que desliza para uma FD do grande capital (golpista).

Essa negação recorrente parece ter relação com a predominância com a identificação *anticapitalista* e não *socialista*. Há a mesma identificação, na aparência, com um negativo, tornando-se uma *falta*, pois o que poderíamos apreender do *anticapitalismo*? A resposta que viria no lugar fica oculta, sendo parte de um não-dito. Poderíamos incluir nos *anticapitalistas* os *anarquistas* e *comunistas*, por exemplo. O enunciado negativo causa uma certa interdição de sentidos, pois parece impossível a identificação a um não-lugar. Dificilmente poderíamos imaginar uma sociedade simplesmente anticapitalista, sem uma proposição de como se daria a relação de forças entre classes, na política, as medidas econômicas, as relações internacionais etc.

A negação não necessariamente é a ocultação consciente de um elemento do enunciado, mas pode ser sintoma das nomeações ao mal-estar e sofrimento de uma época, tornando-se uma dificuldade de caracterização do conflito social ou a designação de causas diversas (SAFATLE, 2021, p. 42).

Um exemplo importante que foge dessa negação seriam os protestos pelo auxílio emergencial e pela vacinação durante a pandemia da Covid-19, muitas vezes materializado no enunciado “pão e vacina” ou “vacina no braço, comida no prato”, trazendo articulação com o enunciado “pão e liberdade” da Revolução Francesa, que preservou um sentido de relação com a subsistência, o “pão” (MALDIDIER; GUILHAUMOU, 2010, pp. 169-191).

Pêcheux e Althusser, infelizmente, não viveram para observar os efeitos do fim da Guerra Fria com a derrocada do bloco soviético no final do século XX e seguir articulando suas obras com os acontecimentos posteriores. Apesar das suas colaborações teóricas serem atuais, há uma mudança importante no funcionamento das esquerdas no fim do século XX. Com o fim da mais importante experiência socialista até então conquistada, as revoluções socialistas saem do horizonte político global, ao menos temporariamente.

Se o neoliberalismo já vinha ganhando força e espaço desde a década de 1970, na virada do século era praticamente absoluto. A disputa política entre esquerda e direita dá lugar a indicadores de performance, baseados em termos empresariais, como gestão e eficiência (SAFATLE, 2021, p. 20). Passamos a discutir números no lugar de modelos políticos e luta de classes. Talvez a última oposição seja entre sociedade e Estado, gerando interpretações incompletas, como se a primeira fosse homogênea (sem classes), e o último o detentor do poder e da riqueza (dos privilégios).

Segundo Pêcheux (2019, p. 311), com base no trabalho de Althusser sobre os AIE, esses aparelhos são lugares, regionais e assimétricos, de reprodução-transformação das relações de produção. Nas palavras de Pêcheux (2019, p. 311), “[...] das condições ideológicas da transformação das relações de produção, isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista”.

No entanto, a desidentificação com a ideologia capitalista pressupõe o (re)conhecimento e a identificação com a ciência marxista. O “fim da história” e os saberes individualizantes neoliberais operam no completo apagamento dos saberes críticos. Defendemos que a disputa nos AIE está, momentaneamente, interdita de passar por uma transformação marxista-leninista. Inclusive, chegamos a tal ponto que, em vista do avanço dos movimentos neofascistas no Brasil, recorreremos à defesa da própria ordem capitalista (democracia liberal), onde foi gestado o cenário presente, como o golpe em 2016, a prisão de Lula em 2018, o desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários, entre outros retrocessos, ou seja, há um desejo pela democracia liberal sob a ordem neoliberal, sem os aspectos fascistóides. Seria uma espécie de “fim da história” sem suas consequências.

Os protestos da *esquerda*, a partir de 2013, ganham majoritariamente uma forma em defesa da democracia liberal, atacada no golpe em 2016 e depois constantemente ameaçada no atual governo de extrema-direita. Esse movimento acarreta em uma posição paradoxal das forças políticas. A esquerda surge como bom sujeito, em defesa da democracia, e a extrema-direita aparece como desidentificada da ordem liberal, seguindo um líder reacionário, contra sua própria seguridade e bem-estar, inclusive, mas disposta a quebrar a ordem vigente. A contradição da nossa época é que a posição de quebra institucional não se dá por um movimento revolucionário, que entenderia que o horizonte a se buscar é a libertação da exploração capitalista e não a defesa das instituições burguesas. Ocorre o contrário, a esquerda aparece como última guardiã da lei e da ordem e a direita se move em direção a um rompimento.

Nossa interpretação é que temos entre a *esquerda* e a *direita* o bom sujeito e o sujeito desidentificado, uma anomalia histórica, se pensarmos na luta do proletariado.

Segundo Mascaro (2018, p. 42), “a crise neoliberal tem o destino da liberal do século XX: se não se liberta e gera socialismo, cria fascismos”. Por um lado, há um certo reconhecimento da face horrenda do neofascismo à brasileira, mas, pelo outro, utiliza-se uma mesma gramática neoliberal, ou uma posição-sujeito, para interpretá-la, como se fosse somente uma espécie de desvio moral, esvaziando os aspectos de interesses de classes desse movimento reacionário que seduz a classe trabalhadora como se fosse um movimento antissistêmico (BOITO JR, 2020, pp. 114-117). Trazemos esse exemplo para ilustrar como, mesmo no agravamento das condições políticas e sociais no país, a ideologia dominante segue operando com relativa “normalidade”. Junho de 2013 não foge à regra.

Se pensarmos que o socialismo não estava em pauta, a mudança que aparecia como desejo da massa protestante só poderia existir dentro do enunciado de “fim da história”, mais especificamente, sob a ordem neoliberal. Como vimos, as demandas orbitavam em torno de eficiência na gestão pública, controle de gastos, políticos idôneos (sem corrupção), etc. Grupos

minoritários também participavam e questionavam questões como encarceramento em massa, direitos das pessoas das periferias, moradia, entre outros; no entanto, não se configuraram como pautas gerais.

A ausência de um horizonte revolucionário não implica o fim das lutas, mas a reconfiguração delas. Também não significa maior homogeneidade social das identificações, mas também uma modificação de como se vê a própria sociedade. Podemos entender que, em uma sociedade de alta competição e performance (SAFATLE, 2021, p. 44), desejamos condições de estar nessa corrida (pela ascensão social, pela riqueza, por reconhecimento da vitória), mas a corrida em si não é questionada.

Um enunciado “positivo”, mas de grande opacidade seria justamente “o gigante acordou”. Na superfície, não temos um *gigante* capitalista ou anticapitalista, brasileiro ou cosmopolita, neoliberal ou desenvolvimentista. Vemos algumas semelhanças com o enunciado analisado por Pêcheux (2015, p. 23),

[...] o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática (um pronome “indefinido” em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realidade, o lexema verbal “gagner” [“ganhar”], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável.

“O gigante acordou” segue uma estrutura semelhante. Temos um sujeito simples (“o gigante” que aparece no enunciado, em oposição ao “on”) e um predicado verbal composto pelo verbo “acordar” (intransitivo, segundo a tradição gramatical). Isso significa que o verbo não precisa de complemento (não precisa de objeto direto nem de objeto indireto). No entanto, podemos imaginar outras construções, como “o gigante 'se' acordou”, “o gigante acordou à direita”, “o gigante acordou assustado”, “o gigante acordou, mas não se levantou”.

A reflexão em comparação com o “On a gagné” é um pouco desproporcional, pois o verbo “ganhar” pode ser considerado transitivo direto (precisa de complemento objeto direto) ou, inclusive, bitransitivo (*ganhar* algo de alguém).

A positividade dos movimentos de junho tinha contornos impostos pelo discurso midiático. O que *pode e deve ser dito* (e feito) é protestar por um *novo* Brasil, com a bandeira nacional no lugar das bandeiras partidárias, sem ataques aos prédios do grande capital e sem ataque à grande mídia, direcionando as massas para os partidos políticos, nominalizados como *velha política*.

Existe um argumento de que as manifestações apresentavam razões econômicas para acontecerem naquela intensidade. O projeto econômico do PT estava chegando ao seu teto. O descontentamento da classe trabalhadora era simbolizado na luta pelo transporte público e o crescimento econômico estava diminuindo e, conjuntamente, o lucro do empresariado (MASCARO, 2018, pp. 24-28). No entanto, há uma lacuna gigantesca entre um descontentamento com o governo e suas políticas e a massificação de protestos. Um não é evidência nem pré-requisito do outro.

Um ponto frequentemente esquecido é que a luta de classes não é somente a classe trabalhadora lutando para sobreviver em um sistema de exploração enquanto a burguesia fica estática, garantindo a reprodução capitalista. O inverso também acontece, sendo justamente o

caso brasileiro na década de 2010. A crise iniciada em 2013 foi o motor para uma ofensiva burguesa, com o aumento da exploração e da espoliação, somando-se privatizações e desmontes de direitos sociais com um clima de apatia generalizada nas esquerdas (MASCARO, 2018, pp. 43-50). Não podemos tentar compreender junho de 2013 sem olhar o descontentamento da burguesia (nacional e internacional) com os sinais de esgotamento da conciliação de classes do PT. É sintomático que a demanda inicial pelo acesso ao transporte público tenha sido praticamente engolida na massificação dos protestos e ignorada no discurso da grande mídia.

A campanha da grande mídia pelo *novo* e uma *nova política* não deu frutos, ao menos em 2014, quando Dilma Rousseff conquista a reeleição pelo PT. Um ponto interessante a destacar é que o PT sofreu com esse tipo de campanha, mas não sozinho. Se verificarmos o que aconteceu com o PSDB desde 2014 foi apenas decréscimo. Em 2018 teve cerca de 5% dos votos, um gigante contraste se pensarmos nos anos 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Até hoje, os tucanos não conseguiram se reestabelecer na disputa presidencial, enquanto o PT com Lula aparecia como favorito em 2018 e aparece na mesma posição nas pesquisas para 2022.

O antipetismo, uma variação do apartidarismo, ganha uma aparente força nos anos seguintes e parece funcionar como um estabilizador do mal-estar da crise, designando um responsável. Interpretamos essa designação como um sintoma e não como a causa da crise, como muitos assim a significaram, pois não era o PT em si que estava em jogo, mas uma crise que operava em vários níveis. Não adiantaria o PT fechar o partido e nunca mais participar do jogo eleitoral. Qualquer outro partido com viés crítico, no momento em que entrasse na disputa, sofreria as mesmas dificuldades. A crise iniciada em 2013 não pode ser entendida olhando somente a disputa eleitoral, mas as suas determinações contraditórias da estrutura capitalista e os próprios limites da sua estrutura legal e institucional.

Conforme referido anteriormente, o PT conseguiu se recuperar rapidamente dessa campanha, mostrando que o *antipetismo*, dado como evidente em alguns meios, não se sustenta como uma negação limitada ao partido. Ele foi aprofundado pelo movimento de extrema-direita bolsonarista, mas não chegou a incapacitar o PT como um grande partido nacional.

5 Considerações finais

Buscamos demonstrar, no presente artigo, por meio da teoria da AD, como se deu o funcionamento de alguns enunciados que nominalizaram protestos da esquerda e da direita ao longo da década de 2010. Tratamos da forma-histórica dos protestos e do funcionamento da ideologia e das modalidades de assujeitamento para analisar o atual quadro da esquerda e da direita dentro dessas modalidades nos protestos, mostrando que a esquerda, que antes parecia se encontrar na posição de mau sujeito, ou seja, não desidentificados com a ordem liberal, mas contrários à ofensiva burguesa em 2016 no golpe e na eleição de um candidato da extrema-direita, agora parece se encontrar na posição de bom sujeito, estando em defesa da ciência burguesa, das instituições burguesas (praticamente da *lei e da ordem*), ao passo que a direita passa do bom sujeito para a posição de desidentificação, seguindo um líder fascista em direção a um rompimento democrático.

No entanto, vemos que mesmo que a extrema-direita deseje um rompimento, estão, até agora, seguros nas suas posições de poder, sem risco de *impeachment*, ao contrário do aconteceu com o PT, mostrando um pouco da natureza própria das instituições que participaram ativamente ou por omissão no golpe de 2016.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BOITO JR, A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 1, n. 50, pp. 111-119, 2020. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_12_19.pdf. Acesso em: 30 de set. 2020.
- COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2009.
- ERNST, A. G. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. In: IV Seminário de estudos em análise do discurso, v. 4, *Anais eletrônicos*, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em 20 jan. 2020.
- MAGALHÃES, F. R. *Estratégias de rua: manifestações político-sindicais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte*. 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- MALDIDIER, D.; GUILHAUMOU J. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASCARO, A. L. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T.; MARIANI, B. S. (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T.; MARIANI, B. S. (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.
- PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 7 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, M. Formações ideológicas, Aparelhos Ideológicos de Estado, formações discursivas. In: Oliveira, G. A.; Nogueira, L. (orgs.). *Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentido entre*

continentes. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S.; DUNKER, C. (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAMPAIO JR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: *Serviço Social & Sociedade: (neo)desenvolvimentismo & política social*, v. 4, n. 112, São Paulo: Cortez Editora, 2012, pp. 672-688. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/04.pdf>. Acesso em: 1 de out. 2021.

Recebido em: 30/07/2021

Aceito em: 05/10/2021